

**RELATÓRIO REPRESENTAÇÃO**

Evento / Reunião	Palestra Mariana Estevão: Seminário de Resgate à Política Habitacional em Juiz de Fora: recursos e fomentos à assistência técnica
Local	Auditório 1 do Edifício Itamar Franco, Faculdade de Engenharia – UFJF – Campus Juiz de Fora
Data/ Horário	31.05.2019 – 8h30 a 18h30
Relator	Cecilia Maria Rabelo Geraldo

HISTÓRICO/ RELATO PARTICIPAÇÃO:

A palestra da arquiteta Mariana Estevão contou com o apoio do CAU/MG a partir de programação do CEAU e aconteceu durante o Seminário de Resgate à Política Habitacional em Juiz de Fora: recursos e fomentos à assistência técnica promovido pela FAU/UFJF e ATOS Colaborativos. O Seminário teve como proposta fazer um balanço da situação da política habitacional no município, no momento em que, a partir da aprovação do plano diretor de Juiz de Fora, LC 82/2018, a prefeitura deve dar encaminhamento ao detalhamento das leis e políticas complementares ao plano.

Na parte da manhã foram realizadas 2 rodadas de apresentações, na primeira, a cargo da UFJF foram apresentados os temas: Resgate ao debate à Política Habitacional (profa. Letícia Zambrano); Direito à Cidade, Direito à Moradia (prof. Frederico Riani) e Política Municipal de Habitação em Juiz de Fora (profa. Beatriz Teixeira) na segunda rodada o presidente do Conselho Municipal de Habitação, Luiz Fernando Sirimarco apresentou as ações do Conselho assim como os desafios atuais. A supervisora de Habitação da PJJ, Cristiane Nasser, também falou da atuação do órgão e das expectativas com os trabalhos de regulamentação do Plano Diretor Participativo de Juiz de Fora, LC 82/2018. Por último, o presidente da empresa de habitação de Juiz de Fora – EMCASA, Ricardo Francisco, também falou da empresa, suas ações atuais e da preocupação com a escassez de recursos que o poder público municipal tem apresentado, priorizando políticas de saúde e educação com prejuízos de outras. O presidente do Conselho de Habitação e a supervisora de Habitação da PJJ destacaram que a lei que institui o Conselho deverá ser revista, manifestei o interesse do CAU/MG em contribuir das discussões que afetam a arquitetura e urbanismo no estado participando desses conselhos. Na parte da tarde foram realizadas também duas rodadas de discussões, na primeira o tema foi a Assistência Técnica voltada para a habitação de interesse social com duas palestras. Primeiramente a arquiteta e urbanista Ana Paula Luz proferiu a palestra O que é a lei de Assistência Técnica (AT) e para quê (e para quem) ela serve? A Ana, além de apresentar detalhadamente a lei nº 11.888/2008, falou rapidamente sobre o trabalho que ela vem desenvolvendo na ATOS Colaborativos, iniciativa social voltada a oferecer acesso à orientação técnica nas áreas de arquitetura e construção civil. Ela expôs que tem sido possível realizar serviços para pessoas carentes contando com doações de empresas, entende que falta amparo legal no município. A segunda palestra ATHIS para Melhorias Habitacionais, foi apresentada pela arquiteta e urbanista Mariana Estevão que apresentou o trabalho desenvolvido pela ONG Soluções Urbanas criada em 2002, denominado Arquiteto de Família e falou sobre a plataforma online de financiamento colaborativo para subsidiar parcialmente obras de melhorias em habitações sociais desenvolvida com o patrocínio do Conselho de Arquitetura do Rio de Janeiro (CAU/RJ). Explanou a grande atuação que teve nos primeiros anos no Morro Vital Brazil, Niterói/RJ, por meio de um acordo de cooperação técnico científico com o Instituto Vital Brazil. Com o fim do patrocínio a ONG se transferiu para São Paulo. A atuação da Soluções Urbanas também é independente do apoio do poder público. Na mesa redonda, em que participei como representante do CAU/MG algumas questões afetas ao Conselho foram levantadas: RRT (valor – qual?) RRT de trabalhos acadêmicos que podem ser destinados a moradores de assentamentos precários, formalização da obra frente a prefeitura e consequente compromisso do profissional frente ao Código de Ética, uma vez que se tratam de obras irregulares, muitas em terrenos de ocupação, sem registro. Na segunda mesa da tarde e última do evento foi aberto um diálogo com a sociedade, destacando a importância da participação da sociedade nas discussões que afetam diretamente seus interesses. Sob a coordenação da profa. Letícia Zambrano, participaram a Maria Auxiliadora Vargas – Dora da equipe da Supervisão de Habitação da PJJ, representantes de movimentos populares no Conselho de Habitação Maura Aparecida da Costa e Nilza Belin Gaudereto e o prof Fernando Guilhon. A Dora fez uma reflexão sobre os avanços da política habitacional no município, os conceitos



aprendidos no seminário e a importância do envolvimento da população. A Maura destacou o seu aprendizado no Conselho e a Nilza lamentou as dificuldades que a população tem para fazer valer suas ideias, de como foi importante o apoio recebido pelo Conselho. O prof. Fernando Guilhon falou de sua experiência atuando como mediador de conflitos em projetos da universidade junto a movimentos sociais na área urbanística.

CONCLUSÃO:

O Seminário cumpriu seu objetivo e espera-se comprometimento da prefeitura na condução dos trabalhos de regulamentação do Plano Diretor Participativo no que tange à questão habitacional. Para o CAU/MG devemos destacar:

- a oportunidade de divulgar seu trabalho no tocante à habitação de interesse social: tivemos oportunidade de falar da nova Comissão Especial de Assistência Técnica; edital de patrocínio também nessa área, empenho em participar de ações junto às prefeituras através de convênios e participação em conselhos de políticas afetas à arquitetura e urbanismo;
- a necessidade de avaliar o RRT de ações relacionadas a ATHIS: valores, escopo, legalidade;
- a necessidade de avaliar a atuação de instituições de ensino que desenvolvem trabalhos acadêmicos que podem atender a demandas das populações mais carentes ou existência de estruturas do tipo "escritório escola";

O assunto deve ser levado às Comissões do CAU/MG para encaminhamento dessas questões, me coloco a disposição para participar de reuniões específicas maiores esclarecimentos ou apresentação em plenária.

Data 03 / 06 / 2019

Cecilia Maria Rabelo Geraldo

